

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DYENON SANTOS

**INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: CONFIGURAÇÕES DAS AÇÕES
DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR**

**IVAIPORÃ
2018**

DYENON SANTOS

**INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: CONFIGURAÇÕES DAS AÇÕES
DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof^ª. Dra. Paula Marçal Natali

**IVAIPORÃ
2018**

DYENON SANTOS

**INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: CONFIGURAÇÕES DAS AÇÕES
DA EDUCAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à disciplina Seminário de Pesquisa
da Universidade Estadual de Maringá - como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____/_____/_____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Ms. João Paulo Melleiro Mallagutti
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Ms. Claudiana Tavares
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Dedico essa pesquisa a todas as crianças e adolescentes que sofrem à margem da sociedade. Aos militantes pela causa dos direitos humanos e a todos/as os/as educadores/as que contribuíram para o meu aprendizado. Principalmente à minha querida mãe. Muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver nesse mundo e poder intervir nele de alguma forma. Por me ajudar a me recuperar das diversas dificuldades que enfrentei até aqui.

Agradeço aos meus pais, em especial à minha querida educadora e mãe que sempre me incentivou para que eu me tornasse docente, me apoiando em todos os momentos, dando condições para que eu pudesse sobreviver longe de casa e ser esse maravilhoso exemplo para mim.

Agradeço aos meus irmãos que também me incentivaram durante esse processo, sempre mostrando o real sentido da família.

Agradeço a minha namorada pelo companheirismo, apoio, por cuidar de mim nos momentos de limitação e por ser esse exemplo de humildade. Muito obrigado minha gracinha.

Agradeço ao corpo docente da UEM-CRV por me proporcionar diversos aprendizados e experiências que contribuíram para a minha formação.

Agradeço aos colegas que diversas vezes me ajudaram e as amigadas que aqui construí.

Agradeço de modo especial à minha orientadora por ter sido tão compreensiva, por ter me apoiado diversas vezes e principalmente me orientar nessa pesquisa, a qual contribuiu para que eu conhecesse esse universo tão importante para luta daqueles que não tem voz ativa nessa sociedade.

Agradeço aos referenciais teóricos aqui estudados, por terem proporcionado os subsídios para escrita, compreensão e contraposição daqueles que insistem por um mundo desigual. Me estimulando e dando esperança nessa luta incessante.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram na realização dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as crianças e adolescentes que conheci nos estágios, pois me fizeram enxergar que de nada vale a inteligência se ela não traz consigo o verdadeiro sentido da docência, sem o qual a prática docente serve apenas para reprodução e não para emancipação. Meu muito obrigado a todos/as que conheci!

RESUMO

Este estudo versa sobre a Educação Social, área que desenvolve trabalhos educacionais com os direitos humanos. Tem como objetivo principal identificar e estudar ações de Educação Social na cidade de Ivaiporã-PR com crianças e adolescentes com direitos violados. No estudo foi realizado um levantamento de dados buscando viabilizar o processo de identificação das ações educacionais, por meio de entrevistas semiestruturadas que elucidaram sobre o cenário da Educação Social na cidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, constitui-se como exploratória, na qual foram realizadas entrevistas com gestores, coordenadores e com membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar de Ivaiporã-PR. Para analisar os dados coletados utilizamos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Podemos apontar como considerações sobre o estudo, a existência de um cenário educativo em construção e que necessita de ampliação na qualidade de atendimento às crianças e adolescentes com direitos violados e na formação dos profissionais atuantes. Foi possível também identificar uma visão positiva do voluntariado em substituição ao trabalho de profissionais, a baixa compreensão da linguagem cultural lúdica adequada para atuação com crianças e a escassa visibilidade das ações da Educação Social na cidade.

Palavras-chave: Educação Social. Infância e Adolescência. Ações educativas.

ABSTRACT

This university study is about the Social Education which carries out educational work with human rights. Had a main task identify and study actions of Social Education in the county of Ivaiporã – PR with children n' teenagers whose rights have been violated. In this case it was done a survey of data searching become viable the process of identification of educational actions, by means of interviews semistructured that elucidated about the scene of Social Education in the county. The research qualitative constitutes like explorative, in which was make interview with manager, coordinators and others members of Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), Secretariat of Social Assistance and Guardianship Council of Ivaiporã – PR (Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar). To analyze the collected data, we used the method of content (BARDIN, 1979). We can point like considerations about this research, the existence of an educative scenary in construction that needs of enlargement quality for children and adolescents care, who had their rights violated, beyond and the professionals who work. Was also possible identify a positive perspective of volunteering in substitution for professionals work, the low understanding of the playful cultural language suitable for acting with children and the low visibility of the actions of Social Education in the city.

Keyword: Social Education. Childhood and Adolescence. Educational actions.

LISTA DE QUADROS

QUADRO1- Instituições, entrevistados e identificação.....	19
QUADRO2- Instituições, trabalhos voluntários e ações.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
COPEP	Comitê Permanente De Ética Em Pesquisa com Seres Humanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRV	Campus Regional do Vale do Ivaí
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
TID	Trabalho Infantil Doméstico
UEM	Universidade Estadual de Maringá
PCA	Programa de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO SOCIAL: AÇÕES NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR	21
3. EDUCAÇÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES E OBJETIVOS.....	29
4. EDUCAÇÃO SOCIAL: A INFÂNCIA E A CULTURA LÚDICA NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR	37
4.1 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR.....	37
4.2 CULTURA LÚDICA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SOCIAL.....	43
CONSIDERAÇÕES.....	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	56
APÊNDICES.....	60

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo identificar e estudar ações de Educação Social existentes na cidade de Ivaiporã-PR. Foram estudadas ações educativas que atendem crianças e adolescentes com direitos violados, objetivando identificar as instituições que desenvolvem ações pertinentes à Educação Social. Trataremos neste estudo das relações encontradas nas ações da área na cidade de Ivaiporã-PR, no que tange: os objetivos e metas da Educação Social e também nas ações lúdicas desenvolvidas com a infância na referida cidade.

O estudo em tela faz parte do projeto de pesquisa “Educação Social e Ludicidade: Configurações e Trajetórias na Infância e adolescência”, que desenvolve estudos sobre Educação Social em 4 cidades do Paraná: Maringá, Paiçandu, Goioerê e Ivaiporã, cidades em que o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente tem extensões de atuação.

Através da Educação Social pode se configurar na atualidade uma das formas de se assegurar no âmbito da educação e dos direitos humanos a garantia de alguns direitos violados de crianças e adolescentes. A efetivação de tais direitos, que seriam função também das instituições e das políticas da área, acabam sendo inibidas e deixadas de lado em muitas situações, pois a busca e consolidação dos direitos não se faz muitas vezes eficiente nestes lócus educativos, por não efetivarem os devidos serviços e obrigações cometidos a elas.

Esta acaba sendo uma das problemáticas enfrentadas pelo educador/a social e um dos fatores pelos quais a Educação Social se insere também no viés de militância, o educador/a social precisa ter uma atuação também na identificação e reivindicação dos direitos humanos da população com que trabalha.

A Educação Social é uma área em construção no país tanto no âmbito formativo dos seus profissionais, como no âmbito da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. Entendemos a Educação Social como uma área da educação que se configura por ser:

[...] una apuesta social sobre su futuro: la incorporación de cada sujeto particular a las redes normalizadas de época. La educación social promueve la sociabilidad del sujeto para posibilitar su acceso y circulación por los circuitos sociales amplios. [...] Se trata de acciones particulares en las que un agente de la educación realiza la transmisión de contenidos (del patrimonio cultural amplio) juzgados como necesarios para un sujeto de la educación (NUÑEZ, 2004, p. 40).

A Educação Social ainda é uma área caracterizada como emergente no Brasil, pois sua estabilização como qualificação ou formação e como profissão regulamentada se encontra em um processo que os órgãos ou responsáveis ainda buscam sua consolidação, com projetos de lei para regulamentação da profissão em tramitação no Senado e na Câmara de Deputados.

Configura-se como necessário que se tenha uma formação profissional adequada para existir comprometimento com a área e seus tocantes, pois a mesma não pode se limitar ao viés assistencialista, mas como auxiliadora e corroborante não só no processo educacional, como social e político, visando a educação para os direitos humanos.

O momento da Educação Social atual no Brasil é marcado pelo debate de organizações ou instituições já existentes na busca pelas responsabilidades que podem levar a consolidação da Educação Social, e tarefas que cabem a constituir uma formação adequada para os profissionais que atuam na área. A tarefa do educador/a social, tendo formação profissional diz respeito a estipular metodologias para intervir no âmbito educacional, possibilitando a criança ou o adolescente de ter acesso sobre algo que elas deveriam ter por direito garantido nas leis.

A formação do educador/a social não se limita em apenas se concretizar como qualificação profissional técnica, mas desvelar uma realidade existente na vida de crianças e adolescentes com direitos violados¹ que se encontra distante de muitos educadores. Esta realidade da população alvo da Educação Social envolve não apenas problemas sociais, mas outros, ligados diretamente a fatores políticos, relacionados aos direitos e demais fatores sociais que impedem a concretização das potencialidades e emancipação do indivíduo. Este viés educacional precisa ser debatido para além da concepção e da dualidade educação escolar e não-escolar:

Quando se pensa no termo educação, no Brasil, é quase inevitável remeter-se à educação escolar. Entretanto, o termo educação ultrapassa os limites da educação escolar considerada formal e pode ser compreendido em suas diversas possibilidades. Uma delas é a Educação Social (NATALI, 2016, p.17).

A Educação Social no Brasil tem como um dos principais referenciais para seu desenvolvimento a Educação Popular, destacando as obras de Paulo Freire neste contexto. Oliveira (2004), aponta que esta identificação teórica e metodológica entre a

¹ No Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente-PCA/UEM, o qual esta pesquisa faz parte, empregamos a terminologia 'sujeitos com direitos violados' ideologicamente com o intuito de chamar a atenção essa condição das pessoas, mas não se encontra seu uso corriqueiro nas instituições ou nos documentos.

Educação Popular e Educação Social pode ser compreendida a partir da reflexão sobre os seus objetivos em comum que em última instância buscam a autonomia e emancipação das pessoas.

Natali (2016), aponta os vários locais em que a área no Brasil é desenvolvida como nas ruas e praças, centros culturais e esportivos, hospitais, presídios, movimentos sociais, abrigos, centros de socioeducação, escolas, museus, brinquedotecas e em grande número no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos-SCFV (vinculado a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social) que dedica-se especialmente ao atendimento de crianças e adolescentes com direitos violados e no tempo oposto ao tempo em que estas frequentam a escola.

Entretanto, a ação da Educação Social é delineada por seu objetivo educacional e não apenas por seu local ou âmbito de atuação, sendo difícil mensurar com precisão todos os locais em que ela se constitui na atualidade.

A função do educador social está relacionada ao seu papel frente ao conteúdo e método desenvolvido na ação educativa, os conteúdos são variados neste contexto de atuação e seu objetivo pode ser alcançado [...] mediante questionamentos, reflexões, indicando limites e buscando superá-los, mas, sobretudo articulando e revelando as relações entre a sociedade e os indivíduos. (TONDIN et al, 2014, p.10).

O educador/a social que trabalha com a infância e adolescência com direitos violados realiza um exercício constante de compreensão e ação sobre a realidade destes sujeitos e trabalham mediações entre o brincar, a ludicidade, a criatividade e as características de se ter ou não uma boa infância que é algo distante de muitas crianças brasileiras, por motivos ainda tocantes ao sistema econômico, percursor de controversas que afligem não só os adultos, mas também adolescentes e crianças.

A Educação Social no Brasil abrange importantes elementos para se debater, relacionados a formação, a atuação e local onde ela existe. Pois, a Educação Social no Brasil já existe a décadas, sendo necessária uma reflexão para sua consolidação como formação.

Percebemos, então, a fragilidade de sua formação, já que a universidade e as teorias da educação não dão conta dessa tarefa. Só recentemente é que começam a aparecer os primeiros estudos sobre a pedagogia dos direitos. Só agora a Educação Social começa a ser relevante entre nós, graças ao esforço, dedicação e luta de muitos educadores sociais. Daí a necessidade de aprofundar as reflexões, estudos, pesquisas, tão necessários para nos conhecer melhor, quanto para elaborar nossas teorias e práticas (GADOTTI, 2012, p.13)

O educador/a social no início de sua atuação no Brasil, por volta de 1980 era inserido mais como voluntariado para atuar contra as violações de direitos, neste cenário, sua atuação se consolidava mais como auxiliador e não como educador/a. Assim, constituiu-se uma visão, que em geral, não se dava importância a uma formação adequada para se atuar, já que o voluntariado era visto como algo suficiente para se ter a práxis propícia para auxiliar neste âmbito educacional, sendo a boa vontade, o interesse, e a generosidade, os suplentes para atuação desse profissional. Demonstrando um certo esquecimento da importância pedagógica do ensinar, dando pouco valor a prática educacional necessária para efetividade da práxis do educador/a social.

A formação do Educador/a Social não se limita apenas em padronizar um corpo de conhecimento intrínseco a área, mas de torná-la efetiva na consolidação dos objetivos da mesma. Nesse sentido, o que é importante para *sulear*² a adequação do perfil necessário para atuação do profissional de Educação Social, não são apenas os aspectos qualitativos do indivíduo, mas uma formação plausível para reflexão e direção, para se alcançar as potencialidades cabíveis e proporcionadoras que a Educação Social possibilita.

Nuñez (2004) destaca que a Pedagogia Social é a ciência que tem como objeto a Educação Social. Sendo a Educação Social a vertente principal para se ter essa educação, ou seja, é também através da prática da Educação Social que se consegue e pode-se buscar, promover a cultura e as potencialidades dos sujeitos envolvidos na ação educativa.

[...] lo habilita para realizar un trabajo de articulación entre la educación (y sus horizontes de futuro) y las realidades sociales e institucionales, con el objetivo de promover, cultural y socialmente, a los sujetos de su acción educativa (NUÑEZ, 2004, p.45).

A Educação Social parte do princípio de promover capacitações a determinado público, em geral distanciado dos processos de garantia de direitos, como por exemplo, a Educação Social de Rua, que promove por meio de intervenções educacionais diversas dimensões da vida de crianças e adolescentes em situação de rua e marginalização,

² Paulo Freire criou esse termo para se contrapor ao sentido de norte comumente utilizado como sinônimo da direção da orientação que se toma, referente ao termo *nortear*. Neste sentido o conhecimento produzido nos países do sul do globo terrestre, podem orientar-se sem ser apenas para o norte. Posteriormente o sociólogo português Boaventura de Souza Santos também passou a utilizar o termo.

assim como de moradores de rua, que se encontram em situação de risco. É, portanto, necessário que o Educador/a Social não se limite em promover o contato com o grupo que se deve trabalhar, mas que consiga criar laços importantes para efetivação do processo de educar ou reeducar em diversos âmbitos da comunidade em que atua.

A área da Educação Social apropriando-se de Paulo Freire, relaciona seu cotidiano educativo com suas obras, pois é possível se ter o entendimento de que é necessário constituir uma pedagogia que desenvolva uma ação responsável, no que diz respeito a política de atendimento às pessoas com direitos violados. Como menciona Oliveira (2004, p.88):

As ideias de Freire respondiam não só as necessidades dos Educadores de Rua de encontrarem uma pedagogia que desse conta dessas contradições socioeducacionais e pudesse fazer justiça a uma população que a escola tradicional ignorava e perante a qual sua pedagogia burocrática e autoritária sistematicamente falhava. Freire respondia também politicamente, com sua projeção no cenário nacional, já havia ocupado vários cargos políticos em governos progressistas com sua postura corajosa e sua habilidade de negociação (OLIVEIRA, 2004, p.88).

Os objetivos do educador/a social devem estar ligados a metodologia utilizada para determinada situação, em que o conteúdo utilizado não deve ser proposto sem uma análise prévia do que o contexto apresenta. Devendo-se partir do princípio da especificidade, em que seja importante contextualizar a priori as situações apresentadas, para se atingir o objetivo educacional estabelecido entre os envolvidos.

O educador/a social que é formado em Educação Física, e que atua com crianças e adolescentes, utiliza em grande parte das ações educativas da cultura lúdica como fomentadora da produção cultural das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o lúdico é uma linguagem não só cultural por fazer parte de um processo de desenvolvimento, como também educacional, sendo utilizado para promover de modo didático-pedagógico, subsídios para ampliação do aprendizado e propiciação da formação humana do indivíduo.

Portanto, a Educação Social visa através do lúdico aproximar por meio de uma linguagem educacional e cultural, a capacitação e a emancipação do ser humano como cidadão de direitos.

[...]é assim que a criança e o adolescente sentem, quando adultas, sobre o fascínio que o lúdico proporciona, através de uma viagem sobre reminiscências, a qual pressupõe, dentre outros eventos, a reconstrução, num horizonte temporal longínquo, das imagens, dos fatos, das pessoas, dos animais, dos eventos e casos (e causos) que fizeram história de suas narrativas de vida. (OTINTA, 2014, p.71).

Entretanto, no Brasil podemos encontrar educadores sociais que atuam de inúmeras formas, como educadores que trabalham orientados apenas por meio de seu bom senso em projetos desenvolvidos de forma autônoma, sem passar por um processo de formação profissional para atuar. Uma das consequências possíveis desta falta de formação pode ser por exemplo com quem desenvolve o conteúdo do esporte, a esportivização precoce de determinadas modalidades, que acaba sendo um fator diretivo e negativo, no que diz respeito aos conteúdos possíveis a ser desenvolvido em uma intervenção educativa. Logo, isso não é programado, ou estruturado através de métodos para atuação, levando à prática pela prática, e criando lacunas no que de fato aquela ação educacional pretende alcançar.

No Brasil podemos enumerar diversos grupos sociais como a infância, adolescência, a juventude, os adultos e velhos em condições de violação de direitos e, muitos desses sujeitos estão sendo atendidos em inúmeras práticas de Educação Social desenvolvidas em lócus variados (SOUZA et al, 2014).

As ações educacionais da Educação Social existentes no município de Ivaiporã-PR, segundo levantamentos de dados realizados previamente, foram identificadas e analisadas em escassos estudos e pesquisas, sendo assim apontamos ser importante elucidar e refletir a respeito deste contexto educativo no município. Podemos citar como exemplo de estudos nesta área: Formação e Atuação de Educadores/as Sociais: A Ação Educativa com Jogos e Brincadeiras nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município de Ivaiporã-PR (LUZ, 2017); A Educação Social na Casa De Vivência/Casa do Adolescente da Cidade de Ivaiporã-PR: Configuração das Ações Educativas com Jogos e Brincadeiras na Infância (AGASSI, 2017); Cultura Lúdica e Infância: Projeto Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR (TEIXEIRA, 2016); Dança e Educação Social: Relações Estabelecidas no Projeto Renascer De Ivaiporã-PR (CRUZ, 2016); A Percepção dos Adolescentes Sobre as Atividades Físico-Esportivas Desenvolvidas no Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR (SURMAS, 2016).

Segundo Natali (2016), de maneira geral existem poucas pesquisas sobre esta área, na maioria das vezes as investigações versam sobre os ambientes educacionais escolares e suas implicações. Esta afirmação pode ser referendada pelo fato de que nas universidades brasileiras, não existe formação específica para educadores sociais e apenas nos últimos anos começam a despontar grupos de pesquisa e estudos que buscam debater sobre a área.

Visando qualificar as ações educacionais da Educação Social é imprescindível o desenvolvimento de estudos neste âmbito. Apontamos que a Educação Social precisa ser pesquisada e um dos elementos que merece destaque e ser debatido é o de que muitos veem esta, como uma área que pode ser desenvolvida pela ação de voluntários e que basta “boa vontade” para atuar, caracterizando-se em um distanciamento da qualidade de ações pedagógicas profissionais. No Brasil, este entrave em relação ao voluntariado é ainda visto com um olhar positivo por muitas pessoas.

No município de Ivaiporã-PR, ocorrem grandes índices de trabalho infantil e outras violações de direitos, assim, estudos na área da educação para os direitos humanos e seus meandros constitutivos podem desvelar e potencializar a reflexão, debate e estimular que se tenha uma ampla rede de ações, instituições e profissionais que trabalhem de forma efetiva no processo de ocorrências que afligem os direitos das crianças e adolescentes.

Investigamos ações que apontem a real situação que se encontra a cidade de Ivaiporã - PR no contexto da Educação Social, e se para os profissionais, gestores e conselheiros entrevistado/as as funcionalidades e objetivos de tais ações levam a efetivas soluções ou parciais de situações de violação de direitos, no caso deste estudo, de crianças e adolescentes. Esta investigação identificou e caracterizou no seu desenvolver o cenário da Educação Social no município, embasando e propiciando reflexões mais específicas de cada prática educativa e instituição mapeada.

A pesquisa em tela é pretendida por não haver concretamente exposição do que está sendo feito pelas instituições ou se as ações apresentam relevância no processo de melhoria de qualidade de vida e de conquista de direitos por aqueles que atualmente não tem voz ativa no processo de escolhas e distanciados da participação social (MÜLLER, 2012) que deveria estar garantida para todos os sujeitos.

Essa pesquisa também visa apresentar que a concepção existente dos direitos das crianças e adolescentes ainda não é efetivamente colocada em prática, pois existe certa exiguidade de estudos sobre a temática e a incompreensão de como se acontece a política de atendimento na referida cidade.

Os objetivos que almejamos traçar para realização desse estudo consistem em:

Objetivo Geral:

Identificar e caracterizar as ações da Educação Social desenvolvidas com crianças e adolescentes no município de Ivaiporã-PR.

Objetivos específicos:

- Contextualizar a política de atendimento destinada às crianças e adolescentes com direitos violados no município de Ivaiporã-PR.
- Identificar as ações da Educação Social desenvolvidas com crianças e adolescentes no município de Ivaiporã-PR.
- Caracterizar elementos constitutivos das ações da Educação Social desenvolvidas com crianças e adolescentes no município de Ivaiporã-PR, especialmente no que se refere a cultura lúdica desenvolvida nestes espaços.

Esta pesquisa de cunho qualitativo busca apontar dados sobre ações existentes no município a respeito da área da Educação Social. A pesquisa qualitativa,

[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2002, p. 41).

Por ser uma pesquisa que também apresenta característica de estabelecer paralelamente aos relatos dos entrevistados/as, questões referentes a identificação de uma ação educativa ainda pouco estudada no município, caracteriza-se, portanto, como exploratória.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p. 35).

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos na Educação Social do município no âmbito de gestão e encaminhamento das crianças e adolescentes: gestores, diretores, coordenadores, entre outros profissionais que exercem funções no âmbito profissional aqui pretendido a ser analisado. As entrevistas ocorreram com os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar.

Seguindo a metodologia aplicada nessa pesquisa, os entrevistados/as serão identificados/as no transcrito desse estudo por siglas referentes as instituições e um algarismo, para que se possa identificá-los sem exposição. Segue no quadro abaixo a

localização, número de entrevistado/as e seus respectivos elementos caracterizadores:

INSTITUIÇÕES	IDENTIFICAÇÃO E SEXO	PROFISSÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)	CM1 Feminino CM2 Masculino CM3 Feminino CM4 Masculino	Instrutora de informática Funcionário da prefeitura Assistente Social Funcionário da prefeitura (todos membros do CMDCA)
CONSELHO TUTELAR	CT1 Feminino CT2 Feminino CT3 Masculino CT4 Feminino CT5 Feminino	Conselheiro/as Tutelares
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	CR1 Feminino CR2 Feminino	Psicóloga Assistente Social
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SA1 Feminino	Diretora do Departamento de Assistência Social.

Quadro 1: Instituições, entrevistado/as, identificação e profissão.

Segundo Triviños (1987) as entrevistas semiestruturadas condizem como uma técnica em que se consegue obter dados relacionados ao que se pretende analisar, em que a dialogicidade entre pesquisador e entrevistado/a pode transcorrer durante a entrevista como forma de obtenção de dados.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Os roteiros das entrevistas foram formulados a partir das categorias teóricas da pesquisa que foram determinadas previamente, como Educação Social, violação de direitos, infância e adolescência.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho de todos os entrevistados/as e estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como prevê o projeto aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP, da Universidade Estadual de Maringá (CAAE62838116.0.0000.0104).

As entrevistas transcritas foram analisadas, a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979) cautelosamente, objetivando identificar as funções por eles apontadas. A análise de conteúdo é um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

Para selecionarmos as unidades de registro, foram estabelecidas primariamente, palavras relevantes aos objetivos da pesquisa. Como: Ações de Educação Social; Conceito de Educação Social; Infância e Adolescência.

Para cada palavra indutora e para cada sujeito, obtém-se uma, duas, três ou quatro palavras induzidas, numa pequena ficha, que são substantivos, adjetivos, expressões e nomes próprios. Uma vez reunida a lista de palavras suscitadas por cada palavra indutora (ou fichas divididas em pilhas, segundo o estímulo respectivo), sendo este o primeiro trabalho de classificação, encontramos-nos em confronto com um conjunto heterogêneo de unidades semânticas (BARDIN, 1979, p. 48).

Em nosso estudo, categorizamos aquilo que encontramos como necessário para compreensão do que almejamos encontrar com a pesquisa e orientados pelas elucidações teóricas da área. Selecionamos com cores distintas as unidades de registro para pré-análise. No desenvolver do estudo, construímos através dos argumentos dos entrevistados/as e das teorias, nossa análise e entendimento da política de atendimento voltada para as crianças e adolescentes, sendo um dos focos do estudo, o que caracterizamos como importante para compreensão do que tem sido desenvolvido na cidade, assim como, por quem está sendo desenvolvida as ações da Educação Social.

As categorias que destacamos para o estudo e também utilizamos para direcionar aos objetivos desta pesquisa estão relacionadas com os propósitos do tema estudado, como: no que tange as concepções e objetivos da Educação Social apontados pelos entrevistados/as; Ações educacionais voltadas para os direitos violados de crianças e adolescentes; Compreensão e visão dos entrevistados/as sobre infância, e por último, a compreensão ou tocantes ao conhecimento referente a cultura lúdica.

1. EDUCAÇÃO SOCIAL: AÇÕES NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Iniciamos nessa seção a explanação de um panorama geral das ações encontradas na cidade em que o estudo foi realizado, no qual discutimos suas características referentes ao que consideramos como pertinentes à Educação Social, estabelecendo através dos diálogos dos entrevistados/as a identificação de possíveis ações educacionais nesta pesquisa identificadas.

Conforme o que foi proposto pela pesquisa e a sua temática, também visamos elucidar quais são as características educacionais das ações de Educação Social com crianças e adolescentes no município de Ivaiporã-PR. Visando atingir este objetivo, entrevistamos pessoas que compõe com papéis diretivos do universo do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes do município e que estão próximas e garantem as atividades deste âmbito da educação.

Nesse sentido, partimos na análise dos dados de uma constatação inicial, os 12 entrevistados/as nas suas respectivas funções e instituições tinham um entendimento confuso e superficial da concepção e objetivos da Educação Social, distanciando-se da compreensão da área como relacionada a educação para os direitos humanos. Apontamos esta análise contrastando com o fato que nenhum profissional que compõe este universo de entrevistado/as (que compõem os cargos de coordenação, gestão e eletivos do município do sistema de garantia de direitos) é educador/a social.

Em muitas situações nas entrevistas tínhamos que esclarecer do que se tratava e quais eram as ações da cidade, (como o Projeto Brincadeiras da UEM-CRV e o das instituições com foco para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) nosso objeto de investigação, para a partir disso, os entrevistado/as nos apresentarem o que consideravam como ação, através do que sabiam por parte das funções por eles desenvolvidas nas instituições que faziam parte (prefeitura, conselho tutelar e conselho de direitos).

Aqui o entrevistado/a apontava como ação aquelas que ele tinha conhecimento por esta fazer parte ou relacionar-se com sua função de assistência social, como aponta CR2:

Bom, posso falar pela assistência, né? Então a assistência ela... um dos focos de proteção dela são as crianças e os adolescentes. Dentro do CRAS nós temos três serviços, que são serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, eles existem pra crianças, como existem também para idosos. Então, hoje nós somos técnicas de referência da Casa de Vivência e do Renascer, não sei se vocês conhecem? É um

*trabalho muito bacana, muito importante e pena que as vezes a gente não consegue alcançar todo mundo.*³

Nas categorias que identificamos as ações da Educação Social no município, o público entrevistado nos apresentou ações como citada acima, envolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que são projetos desenvolvidos pela rede municipal. Nestes existem profissionais e estagiários envolvidos e a ação é mantida pela política municipal de assistência social.

Ó, eu gosto muito do projeto da Casa de Vivência lá em cima, admiro muito o trabalho deles, é todos os projetos que envolvem o esporte, o lazer das crianças, a questão do SESC também agora que tá bem envolvido com a Assistência Social e tudo mais, então isso me encanta, eu gosto muito, mas especialmente a Casa de Vivência lá em cima que eles se dedicam bastante e fazem de uma forma bem legal lá com as crianças (CM1).

Nas entrevistas foi possível identificar ações desenvolvidas por voluntários, que realizam projetos para comunidade:

Nossa, temos... Tem um agora que está sendo levada pra alguns bairros que é da Capoeira, que não é cobrado nada, que é uma ação do professor para a comunidade, né? Nós temos a Banda, que é excelente. Também tira essa piaçada da rua aí e coloca... Que a música é excelente pro desenvolvimento, né? Eu acho que deveria ser ampliado até, não deveria ficar só nisso, tinha que ser ampliado. É... Todos os projetos: Casa de Vivencia, Centro da Juventude, Renascer. O projeto mesmo que UEM faz lá no Maneco, né? É uma ação excelente. Penso que outras ações deveriam ser pensadas. Nós temos ações... é... Nós temos Taiko aqui em Ivaiporã, que é excelente também, né? Aí nós temos os projetos de Futebol... que são ações que tem que se abrir mais para o público mais vulnerável (CM3).

Eu acho que cada um de nós podemos ter um minutinho nosso, seja depois das cinco, seja no sábado ou no domingo. E ali com algumas pessoas começa a desenvolver ou apoiar algum projeto, né? Nós... Eu particularmente sou rotariana, minha filha é interactiviana e a gente trabalha com a comunidade (CM3).

Nesta entrevista apresenta então três âmbitos onde estão presentes a Educação Social: o público mantido pelo município, o do voluntariado e dos projetos de extensão onde ocorre formação de educadores no âmbito universitário.

Em relação a Educação Social com conteúdo de esporte, evidenciam-se ações relacionadas a ocupação do tempo livre e de esportivização através das “escolinhas” com crianças/adolescentes participantes:

³ Algumas falas dos/as entrevistados/as foram corrigidas para que houvesse melhor entendimento e contextualização do diálogo.

Estamos desenvolvendo agora outros projetos, como projetos dentro da área do esporte, como a escolinha de futebol, como escolinha de capoeira. Temos escolas de karatê... (SA1).

Isso é algo que apresenta contradições para área de Educação Social, pois a utilização do esporte acaba sendo um conteúdo que muitas vezes não é repensado para ser proposto à comunidade, ressignificado a partir dos objetivos da Educação Social, por vezes, se aposta no modelo de “escolinhas” intervindo apenas naquele momento e de forma pontual, o que pode se distanciar das metas da Educação Social.

Os projetos esportivos citados foram delineados a partir do interesse do município e neste caso, muitas vezes o projeto ou a ação acontece sem a diálogo externo com a comunidade sobre o que pode ser trabalhado naquele local, assim como a importância daquilo, e o para quê de se trabalhar tal ação. No que refere a esportivização, fica evidente que em geral, caracteriza-se pelo distanciamento das soluções da estratégia “política” para atuação, quando se tem no município a concepção rasa e restrita de que basta a prática de algum esporte para a solução ou distanciamento de problemas:

Programas de esporte, por si, não dão conta da resolução de todos os problemas sociais. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos (MELO, 2005, p. 82).

Consideramos este um ponto a ser superado no município, pois o que a Educação Social propõe não é apenas desenvolver uma ação em que estabelece a prática pela prática, mas sim a práxis em sua totalidade, para que assim aconteça de fato aquilo que é o foco das ações de Educação Social no Brasil e de se trabalhar com estas ações no âmbito da assistência, a luta pela superação da violação de direitos das crianças e adolescentes.

Como aponta (TONDIN et al, 2014), a função do educador/a social é referente ao conteúdo e método objetivado na ação educativa, sendo variados os conteúdos daquele contexto, ou seja, é necessário que o educador/a social consiga adequar o conteúdo ao contexto, para que se tenha o alcance do objetivo traçado pelo educador/a. Sempre levando em consideração as relações entre a sociedade, a cultura e os indivíduos.

É necessário que o educador/a social ou quem esteja desenvolvendo alguma ação dessa área atrele em suas práticas educacionais princípios adequados para que aquela ação seja potencializadora dos sujeitos envolvidos e até mesmo contribuir na solução dos problemas existentes naquela comunidade. Conforme apontam dois dos/as

entrevistados/as do CMDCA, existe uma certa preocupação com a drogadição em determinados bairros do município:

Nós temos um grande problema hoje, que é principalmente hoje, a partir de sete, oito anos, já tá tendo envolvimento com a criança e a questão das drogas (CM2).

Os pequenos traficantes eles estudam, trabalham e convivem com as crianças, adolescentes (CM2).

Porque eu acho que a minha maior preocupação é que enquanto eles estão ociosos, o que não presta chega, né? (CM3).

No que se refere a trabalhos educativos contra o uso de drogas apontada por CM2, ele também considera como ação:

Olha, nós já tivemos por exemplo, é, o CMDCA junto com o CONSEG, junto com o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, é feito um grande trabalho nas escolas, é, do projeto chamado Valorizando a Vida. Esse já é o terceiro ano que a gente vem realizando, através de palestras, escolas, comunidades, entende? Então vem se conscientizando sobre a questão das drogas, e agora a gente incluiu mais um programa que visa acompanhar as famílias também que tem esses problemas de criança e adolescente como problemas de drogas ou álcool (CM2).

Desta forma, apontamos que não pode ser reforçada a ideia de que basta uma “escolinha” esportiva para a superação de um problema que é amplo e grave como o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas. Esta problemática necessita de uma ação coordenada entre várias políticas do município e apostar apenas em uma ação educacional para a resolução desta questão, não pode ser considerado eficaz:

[...] nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou de inclusão social. Ou então uma outra tendência ainda é a de considerar o esporte importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens de drogas e crimes, numa abordagem salvacionista (MELO, 2005, p. 79-80).

É preocupante também que essas ações sejam desenvolvidas em parte por voluntários, é necessário estabelecer antes de se desenvolver algum trabalho voluntário, uma análise que investigue o que é necessário a se trabalhar em determinado local, para que aquela ação traga mais benefícios do que uma prática estabelecida para soluções de curto prazo. Outros pontos necessários a se destacar, é que pela falta de instrução, formação e até mesmo conhecimento sobre como trabalhar em projetos sociais, é que

as pessoas que desenvolvem essas ações acabam não conhecendo as linguagens necessárias para se trabalhar certas temáticas, pois, nem sempre o público alvo pode estar interessado ou precisando do conteúdo que o mediador está propondo, sendo necessário se repensar aquela prática, ou até mesmo se trabalhar com outra. Mas a falta de preparo acaba deixando aquela ação rasa e desinteressante, não atendendo de fato as necessidades daquele público alvo. Como aponta Paiva (2011):

Os princípios inegociáveis do meu projeto eram a profissionalidade dos educadores e o sistema de formação permanente e contínua. Minha postura não era de desprezo do voluntariado que sempre considerei um dos grandes valores de uma nação. Era pelo contrário, de profunda convicção de que para se realizar a suma ousadia de educar, solidariedade, generosidade, disponibilidade não são suficientes. É preciso que haja competência profissional, sempre construída através do acesso a instâncias formativas e contínuas (p.116).

A exiguidade de capacitação para se atuar com crianças e adolescentes em formação é algo que deve ser levado em consideração pela política de atendimento do local, pois, a educação desses sujeitos deve estar em consonância com os procedimentos metodológicos de aprendizagem deles. Uma determinada atividade de escolha arbitrária de um educador/a voluntário pode estar apenas preenchendo o tempo da criança, ao mesmo tempo que esta pode apresentar interesse ou não pela atividade proposta, mas o resultado dessa ação pode não condizer com os objetivos daquela prática e nem mesmo da Educação Social, como aponta NATALI (2009, p. 42):

O caráter voluntário citado por Simson et al (2001) se fere à participação da população nos projetos de Educação Não-Formal, ou seja, os sujeitos devem participar dos projetos e propostas por vontade própria. Já o caráter de voluntariado em relação aos profissionais que atuam nas propostas de Educação Não-Formal se configuram por uma falta de qualidade e comprometimento nas ações educativas.

Não que o voluntariado seja de todo negativo para a área, mas a conformidade e responsabilidade que um educador/a social capacitado têm para a constituição da área, é algo que precisamos considerar como princípio fundamental. De modo que as ações desenvolvidas tragam a importante visibilidade que a Educação Social no Brasil necessita para sua consolidação como epistemologia e formação superior, assim como a permanência das crianças e adolescentes nesses projetos.

Nas entrevistas também encontramos outras ações desenvolvidas pelos próprios entrevistado/as, que não fazem parte da Educação Social, mas que apresentam similaridades no que diz respeito ao público alvo, como aponta CR1 e CM2:

É... tenho, acabei de fazer um projeto agora de poesia, fiz para o SESC mas aí é fora do município, mas é muito similar a que eu quero retomar esse ano nos serviços socioassistenciais, é de fato. Porque é uma outra linguagem. É, esse projeto de poesia, tem a ver com essa reunião que eu te disse. Primeiro encontro, que sentaram-se todos os profissionais, mais os parceiros, pra assim tê... cada um na sua... no seu “quadrado”, vamos dizer assim, né? Cada um na sua área tentar atingir esse público aí. Então entraria nesse... Seria um exemplo disso, como vai... como por exemplo, o próprio pessoal da Educação Física, a psicóloga do Instituto Federal, né? E por aí vai (CR1).

Primeiro que a gente já vem fazendo um trabalho desse nos bairros a longo tempo, é com com motivação é de trabalhos de adolescentes nas próprias comunidades. Nós já tivemos muitos projetos, nós temos um projeto ali na Guarda Mirim que já tem dez anos, que é aula de computação básica pra crianças acima de oito anos até idosos, até chegar cem anos ou mais quem quiser ir lá participa. Isso já faz dez anos que a gente já tem esse projeto, e fora outros projetos que as próprias comunidades, próprias vilas já vem desenvolvendo ao longo do tempo, entende? Como, é, tivemos um trabalho com a própria UNIVALE, onde foi feito com criança e adolescente já faz uns seis sete anos atrás em todas as comunidades (CM2).

Abaixo, apontamos no quadro as ações da Educação Social com crianças e adolescentes citadas nas entrevistas que são ou foram desenvolvidas na cidade de Ivaiporã-PR, assim como as desenvolvidas em instituições e as desenvolvidas em trabalhos voluntários:

Instituições promotora/ organizadora da ação:	Ação da Educação Social
Secretaria de Assistência Social do município/ SCFV	Casa de Vivência; Centro da Juventude; Projeto Renascer.
Universidade Estadual de Maringá-CRV	Projeto Brincadeiras.
Trabalhos voluntários	Projeto Valorizando a Vida; Casa no bairro João XXIII; Projeto de Capoeira; Escola de karatê; Escolinha de futebol; Projetos de futebol; Taiko; Portal do Alvorada.
Guarda Mirim	Aula de computação básica.
Prefeitura Municipal	Banda Municipal.
Serviços Socioassistenciais	Projeto de poesia.
Ministério da Educação (MEC).	Mais Educação.
Colégio Mater Consolatrix	Projeto de inclusão digital.
Corpo de Bombeiros	Bombeiro Mirim.

Quadro 2: Instituições, trabalhos voluntários e ações.

Sendo assim, no município foi possível identificar um universo de 18 ações educacionais, sendo que a maioria ocorre no âmbito do voluntariado. Apontamos a necessidade de rever a profissionalidade das ações educativas na área no município, sendo necessário caracterizar os elementos constitutivos dessas ações. Portanto, as ações identificadas correspondem a distintas formas de realização, algumas financiadas, no âmbito formal, não formal, realizadas por voluntários e desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social.

No panorama de ações da cidade de Ivaiporã, também foi possível contextualizar uma política de atendimento que desenvolve projetos voltados ao SCFV, o qual apresenta em seu conceito, ações voltadas para a proteção, que objetivam a (re)construção de vínculos familiares de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Portanto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos configura-se segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (2014, p. 16).

Como esse serviço é proposto pela Secretaria de Assistência Social da cidade de Ivaiporã, é imprescindível que educadores sociais capacitados pertençam ao quadro de profissionais desse serviço, pois, a possibilidade de existir maior efetividade na práxis educativa e militância que consista na busca de descobertas de direitos violados e qualidade no trabalho educativo desenvolvido dentro desses serviços, aconteceria de modo mais eficiente, contribuindo com a visibilidade da área, com a ampliação desses serviços e a possibilidade de amenizar algumas problemáticas enfrentadas no trato com os projetos desenvolvidos na cidade.

Neste sentido, a visão do educador/a social passa a compor o papel de direcionamento daquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente e o próprio SCFV propõem, viabilizando as entrelinhas implícitas que deveriam ser melhor articuladas e

colocadas em prática dentro das ações desenvolvidas, promovendo também a garantia desses serviços.

2. EDUCAÇÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES E OBJETIVOS

Nesta seção abordamos, segundo as concepções dos/as entrevistados/as, o conhecimento sobre área da Educação Social, nos tocantes aos objetivos da área e o que ela propõe. Nesse capítulo também trazemos nas análises os diversos conceitos existentes sobre o lúdico, a visão positiva do voluntariado para com as ações existentes e realizadas por eles, e a utilização do esporte como fomentador de práticas “adequadas” para o distanciamento de problemas, em que a abordagem salvacionista ainda é existente no senso de alguns dos/as entrevistados/as.

A Educação Social é uma área da educação que se dedica a mediar a potencialização dos sujeitos envolvidos em direção a apropriação dos recursos culturais disponíveis em seu tempo (NUÑEZ, 2004) e destacamos através das concepções dos/as entrevistados/as uma precariedade relativa a reflexão sobre o entendimento da área. Esta precariedade pode ser explicitada quando não consideram pontos essenciais para a qualidade da ação educativa como a necessidade de se ter profissionais de Educação Social, mediando e intervindo nessas ações educacionais:

[...] acho que a Educação Social e a política de assistência não dá pra separar, né? As duas, né? Então no município a gente tem alguns trabalhos com isso, no Centro da Juventude, no próprio CREAS. CRAS nós não temos o papel do educador, ou do orientador social (CR1).

É importante ressaltar, que esse entrevistado/a vê a Educação Social como uma área que trabalha com uma linguagem necessária para o desenvolvimento mais efetivo do contato com o indivíduo e para solução de algum direito violado, além da importância da política assistencial estar também relacionada a Educação Social, para se ter um trabalho mais voltado para solução de problemas envolvendo direitos violados.

Dois entrevistados/as apontam que através da Educação Social pode se fornecer subsídios para determinadas situações de risco, como aponta CR1 e CT2:

[...] que criança ainda acontece mais do que adolescente, adolescente ele não tá conseguindo atingir, principalmente na área da saúde. Então, por exemplo, para o Psicólogo, né? Que é minha área, né? Eu estava conversando sobre isso, não adianta você marcar, por exemplo, uma consulta pra um adolescente, que ele não vai, não é o perfil ir em consulta naquele horário marcado falar sobre ele. É outro formato! E esse formato, o psicólogo ou o assistente social, seja quem for, ele precisa estar antenado com outros profissionais, como por exemplo, do educador social. Aquela pessoa que vai no espaço daquela criatura ali, né? Não

chama pra ir no seu espaço porque essa distância pra um adolescente é muito grande de alguém, não é pra um adulto, mas pra um jovem menor de idade é! (CR1).

Acho maravilhoso os projetos. É, porquê ele tira a criança em situação de risco, né? Além do pai e a mãe tá trabalhando sossegado tranquilo sabendo que eles tão ali né eles desenvolvem várias atividades assim que para o crescimento deles, tira eles do mundo da marginalidade de perigo que eles correm, e assim eu acho que é um excelente trabalho do município, né? De ter os projetos (CT2).

Todavia, analisamos que outros entrevistados/as não compreendem a área em sua totalidade, tão pouco compreendem sua função, mas que trazem em sua concepção um pré-conceito da área, por vezes remetido ao que a Educação Social propõe mas também desprovido do que a mesma pretende oferecer:

É... eu vejo assim, eles fazem assim, um trabalho profundo, é um trabalho que não fica mostrando muito, assim, pra sociedade. É... com aquelas pessoas que mais necessitam, as crianças que mais necessitam. Até aqui mesmo na escolinha, já vieram aqui. Eu tenho bolsista, bastante menino bolsista, que eles vieram aqui pedi pro menino tá treinando. É... eu vejo assim o trabalho deles, um trabalho que não é muito visado assim. É um trabalho sigiloso assim, meio... meio por fora assim. Dessa forma que eu vejo o trabalho deles, né? Bem com calma, bem delicado mesmo (CM4).

De repente o professor em sala... que tem professor também que ao invés de acolhe ele expulsa, né? Então tem todo esse tipo de pessoa. Então são poucos que chega até o professor e fala que tá precisando “disso”, “disso” e “daquilo”. E outra coisa, até sonhos, né? Eles também tem sonhos, né? Então, o projeto de vocês, eu vejo isso, vocês vão capturar essas informações, vocês vão até saber como trabalhar com eles. Que as vezes você faz um projeto, mas de repente não é aquilo que eles querem, vocês vão aprendendo com eles, o que que eles querem e o que que eles precisam e qual a melhor solução pra aquela coisa. Assim que eu vejo (CT4).

Como a Educação Social é uma área em expansão é perceptível que suas ações acabam sendo desenvolvidas por pessoas que não tem um conhecimento pleno e amplo sobre a ação educativa que realizam. Em muitas situações ela desenvolve a ação, mas não sabe seus fundamentos nem mesmo o que a constitui como ação, ou a realiza sem saber sua função na sociedade, notamos que nem se fala em formação profissional para quem está atuando com as crianças e adolescentes no município. Como aponta CT1:

A crítica eu acho que assim a falta de espaço, né? Muitas vezes por se voltado a coisas políticas, tem essa coisa de a vou contratar aquele ali, né? É a pessoa tá ali de repente só pelo salário no fim do mês não por

amor mesmo aquilo que faz né? É não tem uma formação, né?

A Educação Social é de fato uma área emergente, com entraves para se ter a constituição da sua formação plena, mas ela só é desenvolvida de modo efetivo quando temos a compreensão do que ela é, e o que ela tem a oferecer, para que não se perca em seus objetivos, nem se misture os conceitos constituintes. Como Paiva (2011, p. 91) nos diz:

A falta de sistematização dos processos metodológicos de seu fazer fragiliza esse agir, dando uma falsa impressão de espontaneísmo. Há intencionalidade no fazer do educador social, porém não é registrada oficialmente de forma a ser visível e legitimizada, o que termina por inter(ferir) de forma negativa na capacitação em serviço. Há na maioria dos educadores o desejo de uma formação que de alguma forma possa contribuir com seu fazer.

Portanto, vemos que no município existe uma certa dificuldade de compreensão da área, quando se percebe a negatividade em expor o que se sabe sobre Educação Social:

As leis são muito claras, é... O conhecimento é muito bom. Só que na verdade a realidade o nosso dia-a-dia não é assim que funciona. Então hoje nós temos que olhar cada criança com olhar especial, a gente tem que olhar a necessidade de cada criança, família que ela vem, pra saber como realmente tratar essa criança (SA1).

O profissional destaca a distância entre conhecimento e prática, apresentando certo juízo de valor mais cabível ao senso comum, não propondo relação entre a teoria e prática, para se ter a solução de determinado problema. É necessário saber como intervir e compreender, que, para atuar com crianças e adolescentes, não nos basta almejar soluções cabíveis a nossa prática espontânea, mas refletir sobre que método utilizar para exercer nossa função.

Quando temos formação necessária para atuar com crianças e adolescentes em situações de risco, cabe a nós analisarmos a criança ou o adolescente de modo que consigamos chegar a problemática existente, para que assim, possamos através da teoria compreendida por nós, estipular a práxis cabível para determinada situação:

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo (FREIRE, 1996, p.12).

Portanto, não se tem a práxis efetiva, quando desvinculamos a nossa prática da teoria, pois nenhuma prática é suficiente quando não se tem a teoria propícia a ela para subsidiá-la ou orientá-la em nossa função.

É neste sentido que se pode afirmar ser tão errado separar prática de teoria, pensamento de ação, linguagem de ideologia, quanto separar ensino de conteúdos de chamamento ao educando para que se vá fazendo sujeito do processo de aprendê-los. Numa perspectiva progressista o que devo fazer é experimentar a unidade dinâmica entre o ensino do conteúdo e o ensino de que é e de como aprender. É ensinando matemática que ensino também como aprender e como ensinar, como exercer a curiosidade epistemológica indispensável à produção do conhecimento (FREIRE, 1996, p. 47).

Esse mesmo entrevistado/a apresenta o distanciamento sobre a área que está implicada no município quando utiliza de outra área para argumentar sobre o que pensa a respeito de Educação Social, mas fica evidente mais uma vez a precariedade de conhecimento sobre a área.

Olha, eu não vou falar sobre Educação Social, mas eu vou falar sobre... O Serviço Social, tá? Eu entendo e vejo muito hoje, eu não sou da área, mas eu vejo que: se entende muito de lei, né? (SA1).

Na concepção do entrevistado/a, é perceptível a falta de clareza no que consiste as funções da Educação Social, principalmente na sua prática, em que o entrevistado/a vê a Educação Social como uma área semelhante a outra citada por ela, o que acaba demonstrando certa exiguidade de conhecimento sobre a área. Todavia, o/a mesmo/a, apresenta em sua argumentação estar desprovido/a tanto dos conhecimentos básicos sobre a área, como sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, algo demasiadamente preocupante, se tratando de alguém que desenvolve em suas funções e traz na sua prática profissional a necessidade de se compreender e instruir através do ECA:

Não é simplesmente você trata uma criança da forma que diz a lei ou conforme o dizem lá o ECA ou a criança. Que o ECA ele é muito claro que diz que a criança tem... que ela tá acima, de que tem prioridade em todos os sentidos. E a gente vê que de repente não é bem assim que as coisas funcionam, porque algumas pessoas elas olham pras crianças elas entendem de todas essas leis e elas olham pra essa criança e elas não conseguem enxergar a necessidade real de cada criança (SA1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente orienta o trabalho do educador/a social e

traz nas leis estabelecidas os subsídios para se trabalhar com o público das crianças e adolescentes na Educação Social no Brasil. Mas nos inquieta tal afirmação do entrevistado/a, por apresentar que as leis não têm grande valia se não olharmos para criança com determinado olhar. Isso infelizmente demonstra certo descaso com o trabalho que deve ser baseado no ECA, como se ele fosse um documento obsoleto e o “olhar” pudesse sobrepor as orientações do documento. Porém, é necessário contrapormos a afirmação do entrevistado/a, quando notamos que a priori ele/a não tem formação sobre o que é Educação Social, mas que estreita as soluções de direitos violados apenas através de um olhar cuidadoso que devemos ter pela criança, como se isso fosse sanar algum problema de direito violado e que o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse apenas teoria ou documento. Isso deixa obviamente claro, que a Educação Social é algo de mera importância para tal entrevistado/a, assim como o próprio ECA.

De acordo com os entrevistados/as, notamos que mesmo não se tendo o conhecimento pleno sobre a Educação Social, apresentavam em suas argumentações alguns objetivos da área, como o público que deve ser atendido pela Educação Social, características necessárias para se trabalhar com crianças e adolescentes, assim como a formação defasada dos educadores e das pessoas que desenvolvem alguma ação no município.

É importante ressaltar, que nem todos responderam sobre o que entendiam por Educação Social, desta forma nos questionamos se não falta reflexão sobre as ações educativas, já que identificamos diversas ações ocorrendo no município. Percebemos também a baixa visibilidade da área no município, levando em consideração a inexistente atuação de educadores sociais nas instâncias de poder do município, tão pouco no Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescentes e o fato de que os gestores, conselheiros e coordenadores pouco desenvolveram o debate sobre a área em suas entrevistas.

Através dessa análise, podemos caracterizar a Educação Social em Ivaiporã, como uma área em construção, ainda rasa, mas que mesmo com diversos empecilhos, existem trabalhos sendo desenvolvidos nesse campo, a qual, segundo um dos entrevistados/as a relata de forma positiva:

Olha, aqui no nosso município pelo que eu tenho visto do pouco que pude

acompanhar ela tem melhorado nos últimos anos, já foi bem defasada, difícil mesmo. Mas agora tem muita coisa bem encaminhada. Na administração passada, principalmente, ela foi bem zelada e organizada. Aí existe muito o que mudar com certeza, muito o que fazer (CM1).

No entanto, esse mesmo entrevistado/a apresenta uma crítica ao CMDCA, por não promover ou orientar devidamente os educadores, caracterizando mais ainda a baixa procura de formação/capacitação dos educadores que atuam nas ações desenvolvidas na cidade:

É, uma das críticas é isso que eu disse pra você que a gente até em um dos conselhos que eu participei a gente comentou sobre isso, que eles precisariam dar mais formações para as pessoas que estão dentro da área. Elas precisavam ser melhor orientadas, mais bem pautadas, é, conduzidas de uma forma, assim, com mais cuidado e mais aprendizado mesmo (CM1).

É preciso destacar que os projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes com direitos violados, deve estar atrelado a uma metodologia adequada para determinada situação, de modo que a ação aconteça dentro do planejado pelos educadores, sendo eles os mediadores da ação, os quais serão responsáveis pela intervenção. Desse modo, a aproximação das crianças ou adolescente em risco, pode acontecer de forma mais efetiva, por conter alguém preparado para dar a devida atenção e trabalhar dialogicamente naquela intervenção, onde a criança se encontra com as demais e consegue perceber através da troca de diálogos a confiança, o respeito e principalmente aquilo que almeja buscar.

Nessa perspectiva, um dos entrevistados/as destaca o projeto Brincadeiras, que era desenvolvido em um dos bairros da cidade, o qual os educadores são acadêmicos da UEM-CRV, e desenvolvem intervenções subsidiadas por constantes reuniões, que, não só discutem os problemas relatados pelas crianças e adolescentes, como buscam soluções através das instâncias responsáveis e dos estudos desenvolvidos:

Eu acho importante, necessário. Eu acho que a UEM já faz um trabalho ali na Vila Nova Porã com esse tipo de trabalho. Eu acho importante, é, tudo depende da metodologia usado em cada situação, cada trabalho (CM2).

As ações da Educação Social em Ivaiporã são mais desenvolvidas com crianças e adolescentes, como caracteriza-se no Brasil, entretanto, percebemos que um dos

entrevistados/as apresenta em sua concepção a importância de se desenvolver algo para os adultos, que, obviamente devido ao sistema econômico, acabam não tendo acesso a diversos direitos, fazendo com que isso se torne artifício para reprodução de problemas decorrentes da atual realidade socioeconômica:

Olha, eu penso que tem muito ainda que ser feito, né? Além das crianças tinha que ter um projeto pra esses pais, né? Porque eu vejo que muitos jovens que hoje precisam aí de uma inclusão ou são muitas vezes excluídos também, eles tem uma origem, né? E muitas vezes vem de dentro de casa mesmo, né? A falta de estrutura familiar, de apoio. Mais eu, eu gosto muito, eu acho que é uma coisa assim, que, se as pessoas se dedicassem mais tivessem mais tempo, né? As faculdades tivessem mais projetos em relação a isso, eu acredito que a gente ia ter menos jovem nas ruas, né? Eu penso que seria assim (CT1).

Outro problema encontrado, contraditório por parte da rede de atendimento e característico da cidade, é que os projetos não são acessíveis a todos, deixando de fora certa parcela da população em situações de risco, além de lacunas na efetividade das políticas de atendimento, como aponta CT2:

[...] e assim eu acho que é um excelente trabalho do município, né? De tê os projetos. Assim tivesse mais pra pôde, né? Inserir mais crianças, porque tem muita criança na vaga de espera que os projetos estão superlotados não tem não tem como você colocar porque já tá superlotado, né?

Nesse estudo, podemos compreender que as características das ações na cidade condizem de modo geral com a situação de todo o Brasil, onde a luta por tais direitos é realizada por diversos militantes, mas que o governo não cumpre com as responsabilidades cabíveis a ele. Constatamos essa reflexão conforme esse/a entrevistado/a:

Então, sabe o que eu penso a respeito disso? É que o governo, o Estado, ele se envolveu demais nas famílias, se tá entendendo? Ele se envolveu demais e não deu o respaldo suficiente para que essas políticas que eles para os alunos fossem cumprida, se tá entendendo? Vamos falar hoje dos direito violado, vamos supor falar do menor infrator, que hoje nós estamos tendo muito esse caso, envolvido com droga, com roubo, inclusive até com assassinato. Então governo hoje no estado ele não tem aonde por essas crianças, pra tê um acompanhamento mais dedicado. Então não tem. Aqui nós temos vinte pessoas adolescentes que precisa

fazer um tratamento contra droga-dição e não tem vaga, nem por intermédio da Justiça (CT3).

É preocupante nos depararmos com tal constatação, quando percebemos que os direitos de diversos adolescentes envolvidos com drogas não são atendidos. Percebemos nesse ponto que o Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo aplicado numa situação como essa, em que as Medidas Socioeducativas dispostas no ECA não se fazem presentes. Essa averiguação deve ser urgentemente realizada pela política de atendimento.

Nessa mesma afirmação do entrevistado/a, é notório o descaso com os direitos, da busca por envolvidos com entorpecentes, da recuperação deles para a sociedade, além da baixa militância da rede de atendimento da cidade, enfraquecendo a visibilidade dos projetos, e que mesmo existentes não atendem a todos, caracterizando acentuadas problemáticas em desenvolver estratégias para o desenvolvimento de ações que visam atingir estas.

Destacamos também que o entrevistado/a ocupa o cargo de conselheiro tutelar e utiliza o termo “menor” que já foi superado e que as políticas não utilizam mais devido ao seu emprego de modo pejorativo, assim, um conselheiro tutelar deveria utilizar os termos corretos e empregados no ECA: crianças e adolescentes.

Apontamos que existem diversas complexidades e desafios para se instaurar ações efetivas para o cumprimento dos objetivos da Educação Social, mas reiteramos que um caminho para que isso seja possível é a existência de profissionais com boa formação que trabalhem nas instâncias que tem por dever atuar nos casos de violação de direitos, como é caso do educador/a social.

4. EDUCAÇÃO SOCIAL: A INFÂNCIA E A CULTURA LÚDICA NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR

Nesse capítulo apresentamos como se configura a infância na cidade de Ivaiporã-PR, relacionando com o que pudemos destacar nas entrevistas realizadas sobre a Educação Social em paralelo a concepção dos entrevistados/as que compõem o universo da política de atendimento. Em geral, estes apresentaram uma visão bastante confusa do que pode ser desenvolvido com as crianças em situação risco pela falta de formação e compreensão da sua função dentro da sua própria esfera de atuação.

Considerando a infância como produtora de cultura lúdica trazemos também nesse capítulo o conceito de cultura lúdica, a qual atrelada a Educação Social pode compor de diversas formas as ações educativas com as crianças. Apontamos que através do conhecimento da cultura lúdica como uma linguagem humana, e de que esta é a principal forma de expressão da criança, o trabalho com a Educação Social pode se estreitar e se qualificar, especialmente no que se refere a noção de vínculo.

4.1. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR

Partimos do entendimento de que quando pesquisamos, trabalhamos ou defendemos a infância é imprescindível estabelecermos uma reflexão crítica sobre qual o entendimento de infância que temos e que aplicamos em nosso cotidiano profissional, na área educacional esta premissa também se aplica.

A Sociologia da Infância passa por um processo de restituição no que diz respeito as terminologias sociológicas existentes, já construídas pelas ciências sociais, em que o referencial Emile Durkheim propunha que as crianças eram como seres pré-sociais, remetendo que gradativamente elas seriam seres manipuláveis, ou seja, em que os métodos educacionais deveriam promover o controle social, massificando e padronizando os modos de trabalhar com o comportamento das crianças.

Desde logo, na sociologia, onde o conceito de “socialização”, com raízes na obra de Emile Durkheim, remeteu para a condição de seres pré-sociais as crianças, assim tematizadas como objecto de um processo de inculcação de valores, normas de comportamento, e de saberes úteis para o exercício futuro de práticas sociais pertinentes. O conceito, nas suas múltiplas reinterpretações futuras, incorpora sedimentalmente a história de uma produção teórica sociológica que se ocupou sempre das crianças como objectos manipuláveis, vítimas passivas ou joguetes

culturalmente neutros, subordinados a modos de dominação ou de controlo social, que assumiam a garantia da sua continuidade precisamente por esse trabalho de condução para os lugares, os comportamentos, as atitudes ou as práticas sociais pertinentes (SARMENTO, 2003, p. 9).

Na Sociologia da infância, a cultura infantil é algo que contém significados próprios, que a criança obtém e compartilha, que recebe e ressignifica, sendo ela a construtora de suas relações com o meio. Nesse raciocínio, a cultura da infância se instaura em um processo de desconstrução dos princípios sociológicos de Durkheim, no qual a socialização apresentada em seu raciocínio deve ser desconstruída para que se tenha a emancipação e potencialização da criança no seu processo de criar, aprender e se desenvolver.

No Brasil, os principais sujeitos das ações da Educação Social são as crianças e adolescentes. Esta característica ocorre por fatores relacionados ao sistema econômico, violação de direitos, educação, entre outros elementos que dificultam o desenvolvimento infanto-juvenil pleno na sociedade e coloca esta categoria geracional em situação de vulnerabilidade.

Portanto, as crianças são a parte da população que necessita de mais atenção e prioridade nas políticas de garantia de direitos, são atingidas por exemplo, por problemáticas gravíssimas como o trabalho infantil, a exploração sexual e a não participação social, sua invisibilidade na sociedade que afligem a criança e ao adolescente em seus diversos aspectos como ser humano.

Partimos da premissa de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e prioridade absoluta (BRASIL, 1990). Além disso, esta categoria geracional não pode ser considerada apenas receptora de conhecimento, ela também o produz, assim as ações educacionais com a criança devem partir da compreensão de que esta produz cultura, e uma das principais é a cultura lúdica. Esta é uma das principais linguagens trabalhadas na Educação Social brasileira e, em geral neste contexto, deveria ter ou tem o professor de Educação Física como mediador deste processo educativo.

O professor de Educação Física que atua como educador/a social muitas vezes desenvolve ações com o brincar, que através das potencialidades existentes no lúdico, estimulam a criatividade das crianças. Sendo assim, a infância com seus direitos garantidos é algo distante de muitas crianças, por motivos ainda tocantes ao sistema econômico e social, precursor de controversas que afligem não só os adultos, como

também adolescentes e crianças. Entendemos que não existe uma infância e sim diferentes configurações de infância.

Para além disso, a infância, como todos os grupos sociais, são afectadas pelas consequências da globalização, sendo um dos grupos que, na cobertura dos conflitos globais, aparecem sistematicamente como retratos das maiores barbáries: desde as meninas prostitutas na Tailândia, à proliferação da pornografia infantil na Internet, à exploração de crianças de 5 anos presas aos teares na Índia. Consideramos esta visibilidade como uma entre-visibilidade, porque as crianças parecem estar, sem estar, são vistas, mas parece que ninguém repara nelas. Por outras palavras, podemos considerar que sua visibilidade é negativa, e que por vezes tem como objectivo não a denúncia, encaminhamento e resolução desses quadros dramáticos, mas sim, a sua consideração para a explicação de fenómenos adulto-centrados, baseados em interesses políticos e económicos (TOMÁS, SOARES, 2004, p. 4).

A discussão proposta pela Educação Social se pauta também em desvelar problemáticas próprias da contemporaneidade e do atual processo de globalização, em que a criança se encontra em estado de obrigações ao invés do brincar, sendo o lúdico um dos proporcionadores da capacitação de se criar, imaginar, interagir e se desenvolver. O trabalho infantil é uma das diversas problemáticas que pode afligir a infância mundial e no município estudado, é uma problemática muito acentuada e grave.

O trabalho infantil doméstico presente em muitas famílias é visto corriqueiramente como algo normal ao olhar da sociedade, em que o tempo da criança acaba sendo destinado a tarefas e serviços desgastantes, o que acaba a distanciando cada vez mais de momentos e vivências que o lúdico pode proporcionar a ela, o trabalho infantil doméstico difere da participação da criança e do adolescente na organização da rotina familiar, caracteriza-se pela exploração e sobrecarga. Diversos fatores históricos e sociais alimentam a aceitação social do trabalho infantil doméstico, um exemplo é o costume de fazer as meninas de áreas rurais estudarem na capital e morar em casas de família, com a ideia de que elas assumam as tarefas domésticas, sendo como condições naturais femininas fazendo com que não seja considerado trabalho (CAL, 2015, p. 214-215).

Esta é também uma das questões tocantes a atuação do/a educador/a social na atualidade e para isso a formação deste precisa ser potencializada na direção de compreender “as infâncias” e as diferentes metodologias educativas para atuação com estas (NATALI, 2016).

O brincar não se define em apenas ser da criança, mas precursor de aquisições que colaboram com seu desenvolvimento em diversos aspectos, se uma criança é

privada de brincar, não é negado a ela apenas isso, mas o seu contato com o conhecimento, que pode ser banal para um adulto, mas, para ela um momento só dela e de sua idade, de interação, de afetividades, de realizações, de aprendizagens e de descobertas.

A problemática do trabalho infantil não está em apenas ser elaborado por crianças ou adolescentes, mas porque a afasta, de outros processos importantes para seu desenvolvimento, em que no trabalho ela irá desempenhar o esforço que ela deveria desempenhar na escola. É, nesse sentido que o trabalho degrada não só o físico, mas o aprendizado da criança.

Cabe ao educador/a social e a política de atendimento e demais instâncias, lutar por direitos que auxiliem a inserção da criança e do adolescente no âmbito escolar de forma mais efetiva, este retorno à vida escolar pode também ser tarefa da Educação Social, como mediadora deste processo. Como programas que proporcionem não só o distanciamento da rotina de trabalho, tendo como objetivos afastar ou amenizar o trabalho da infância, possibilitando que a mesma possa encontrar-se em um ambiente que o lúdico seja o fomentador de suas experiências.

O mundo adultocêntrico nos leva equivocadamente a pensar que a cultura é transmitida somente através dos adultos. Experiências como a de CARVALHO (2005) ou a de CARDOSO (2004) não deixam dúvidas que o patrimônio infantil dos jogos ou brincadeiras de rua é bastante transmitido de criança para criança. Como aprendemos com SARMENTO (2003), quando falamos de culturas da infância ou culturas infantis devemos estar atentos às formas culturais produzidas para as crianças e às produzidas pelas crianças. (MÜLLER, 20012, p. 2).

Ter infância não é algo natural, mas obtido culturalmente, sendo necessárias vivências, como uma viabilidade de se ter através do contato com o próximo, com o lúdico, e principalmente pelos direitos não ocultados, a possibilidade de encontrá-la.

A cultura da infância sofre amoldamentos com o desenrolar da evolução da sociedade. Hoje a infância é vista por alguns pesquisadores como propriedade advinda naturalmente pela criança ao nascer, mas a infância é algo que não se limita ao próprio do indivíduo, muito menos ao biológico, pois apenas a idade maturacional não define sua característica de ser uma criança com infância, mas sim pela oportunidade de brincar:

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da

criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia a ação impulsiva constitui o caminho para o prazer do brinquedo. (VYGOTSKY, 1998, p. 130)

Existem fatores que implicam a vida da criança, até mesmo do adolescente, seja no seu desenvolvimento, na sua interação social, escolar e até mesmo familiar, o que como exemplo o uso do trabalho infantil promove. Em que a criança constrói em sua concepção, que aquilo que aquela faz é algo importante para si, na qual o trabalho, passa a fazer parte de sua vida, não ela do trabalho.

Consideramos importante a compreensão do que as pessoas ligadas a política de defesa do município entendam as necessidades, características e identidades das crianças e adolescentes. Conforme as entrevistas, 3 dos entrevistados/as apresentaram no transcorrer alguns traços característicos da infância e adolescência, como o seu tempo, os locais que frequentam, a estrutura familiar e suas condições. As crianças que frequentam os projetos de Educação Social antes de serem inseridas:

A criança vai meio período pra escola e o outro período ela ficava na rua, né? Sem ter o que fazer (SA1).

Na verdade, esses projetos que acontecem no município eles são mais do que necessários e eles tem que realmente abranger o público mais carente do município, né? As pessoas que realmente necessitam. Porque filho de rico têm! Pode fazer um balé, pode fazer um inglês, pode fazer outras atividades. É importante em primeiro lugar, então tirar essas crianças da rua, tem que ter esse contra turno. Na verdade, esses contra turno deveriam ser dentro da escola. A própria escola fazê esse trabalho, né? E... É extremamente importante pro desenvolvimento dessa criança, pra interação dessa criança e adolescente dentro do município. Penso que deveriam ter mais projetos assim, né? Pra tirar um pouco essa piaçada da rua (CM3).

Porque eu vejo que muitos jovens que hoje precisam aí de uma inclusão ou são muitas vezes excluídos também, eles tem uma origem, né? E muitas vezes vem de dentro de casa mesmo, né? A falta de estrutura familiar, de apoio (CT1).

O contexto em que a criança está inserida condiz com sua formação como ser humano em sua totalidade, neste caso, o entrevistado/a entende que se ela não está

inserida na instituição, está na rua e a rua pode apresentar perigo. Assim, a análise deve ser ampliada para que se compreenda que a sociedade é que apresenta o perigo para esta criança na rua e precisa ser modificada e não o indivíduo que é perigoso. Nesse sentido que é notável certa contradição em que a marginalização é vista como algo intrínseco do indivíduo e não da sociedade, sendo ela a respondente dos atos. Assim, a formação das crianças parte da compreensão de que:

O imaginário infantil é inerente ao processo -de formação e desenvolvimento da personalidade e racionalidade de cada criança concreta, mas isso acontece no contexto social e cultural que fornece as condições e as possibilidades desse processo (SARMENTO, 2003, p. 3).

No que tange a preocupação com seu tempo de lazer, é visto que se tem certa preocupação com o que ela pode estar fazendo nesse período, ou quando não está na escola:

E... hoje eu vejo que tem até mesmo a necessidade de ter mais um projeto, porque hoje nós estamos atendendo já 750 crianças, mas mesmo assim a gente ainda sabe que tem muita criança ainda com tempo ocioso e na rua (SA1).

O entrevistado/a expõe sobre o tempo livre das crianças, é possível evidenciar certo equívoco no que diz respeito a tirar a criança da rua para possibilidade de educar, pois, a educação pode acontecer em distintos lugares, até mesmo na rua através de intervenções fundamentadas metodologicamente e com objetivos educacionais:

A educação é comunitária, é coletiva, é dinâmica. Aprendi na práxis da Educação Social de Rua que a escola não é a reserva natural da formalidade e nem do rigor pedagógico. (PAIVA, 2011, p. 26).

Apenas ocupar o tempo livre da criança não é necessariamente um fator efetivo para o distanciamento de algo prejudicial, mas implica em determinada preocupação que nem sempre é importante para as distintas situações do desenvolver-se da criança, na qual apenas ocupando seu tempo livre não se tem a rigorosidade, o planejamento e a práxis educacional em sua totalidade. É necessário compreender em que situações é preciso desenvolver ações para o distanciamento da criança das ruas, para que ela não perca nessa troca de ambientes e no preenchimento do seu tempo, aquilo que ela pode aprender e desenvolver.

4.2. CULTURA LÚDICA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO SOCIAL

A cultura se insere em nossa vida nos primeiros contatos sociais que instauramos, seja familiar, escolar ou comunitário. Está subsidiado a cultura aquilo que apresente certo valor a nossa vida, como a produção do conhecimento (aprendizado), as relações, os significados, as normas, a moral/ética, a consciência de classe, a nossa origem e a nossa história. Contudo, a cultura só sai do ideário e se faz em prática quando damos a devida importância para o que ela pode propiciar, podendo ocorrer na vida da criança total possibilidade de acesso a essa cultura, ou parcial, dependendo dos laços instaurados na sua vida, que poderão corroborar com a sua formação.

Nesse sentido, a cultura passa a ser social, portanto, indutora da capacidade de desenvolvimento da sua própria autonomia e do aprendizado de si mesmos em sociedade (CHAUÍ, 2006).

Vinda do verbo latino colere, cultura é o cultivo e o cuidado com as plantas e os animais para que possam bem desenvolver-se; donde, agricultura. Por extensão, é empregada no cuidado com as crianças e sua educação, desenvolvendo suas qualidades e faculdades naturais, donde puericultura (CHAUÍ, 2006, p. 11)

Na realidade social atual, percebe-se que temos uma vida mais voltada aos paradigmas sociais atrelados ao capitalismo, do que para tudo aquilo que a produção cultural sem paradigmas seletivos tem a nos propiciar, portanto, valorizamos pouco a cultura lúdica.

A cultura lúdica produzida na infância é algo que está presente nos primórdios de nossas vidas, mesmo que essa cultura lúdica propiciada a nós seja de forma extrínseca, a criança também produz cultura, sendo esta desenvolvida e compreendida pelo raciocínio delas, mas que é necessária ser entendida como uma linguagem, a qual tem papel importante para o seu processo de desenvolvimento.

Todavia, é imprescindível salientar, que a cultura lúdica é um direito, seja através da brincadeira, da educação ou de uma simples conversa, conforme o art. 59 do ECA propõe:

ART. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

A criança é um ser que é visto, muitas vezes como alguém que “brinca o tempo todo”, “que não faz nada” a “não ser brincar” como vemos no senso comum majoritário de um universo adultocêntrico. Mudar esta concepção é algo que não se consegue repentinamente, mas paulatinamente, se tal concepção for desconstruída e potencializada por um processo formativo que privilegie esta concepção de cultura lúdica, e que pode resvalar em uma ação educativa mais efetiva.

É preciso efetivamente romper com o mito da brincadeira natural. A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relação interindividuais, portanto de cultura (BROUGERE, 1995, p. 97).

É possível compreender tais afirmações no que diz respeito ao valor que se dá ao lúdico, quando vemos que na literatura encontramos docentes que pouco valorizam esta linguagem (ROSA, 2012):

Os professores então mais preocupados com ensinar a ler e escrever do que com promover o lúdico e o bem-estar da criança. Por exemplo, não utilizam muitas vezes de forma integral o tempo destinado às expressões, por utilizam-no para fazer mais exercícios de leitura, escrita e matemática, devidas às dificuldades de aprendizagem de muitas crianças. É como se as brincadeiras não fossem também aprender, a ser e estar, e ficam de fora da prática pedagógica.

Podemos relacionar esta análise com algumas ações da Educação Social, quando os projetos privilegiam a reprodução de práticas educacionais sem consultar ou compreender a realidade em que se trabalha, diversos trabalhos voluntários e institucionalizados da área da Educação Social da cidade, por exemplo, tem suas “oficinas” decididas previamente sem nenhum trabalho de inserção comunitária anterior para pensar o projeto pedagógico institucional com a comunidade.

A Educação Social, portando, não é uma área pensada sem significação para prática pedagógica, mas sim estabelecida em suas práxis, reflexões que muitas vezes não são estabelecidas pelos profissionais de educação, que vem a educação de modo raso e restrito, destinado ao conhecimento dito como formalizador essencial ao discente. Todavia, a Educação não pode estar restrita a uma metodologia adultocêntrica de currículo, mas interligada a linguagem cultural expressa pela criança:

[...] a criança e o adolescente que gosta, ele muitas vezes você tem que conquistar a confiança dele. E não é do dia pra noite que você consegue. É o processo de “formiguinha” (CT4).

É urgente a ampliação desta compreensão por parte dos envolvidos na constituição da Educação Social no município, pois, notamos a partir da fala de um dos entrevistado/as, integrante do CMDCA, que este apresenta pouco envolvimento com a temática infância:

No dia da conferência nós somos convidados pra participa e fui eu e outra pessoa é... representando os moradores, nós fomos lá como representante dos bairros. Aí foi formado o Conselho e na eleição que teve daí pra diretoria do CMDCA, que é um presidente, um vice e um secretário, aí não sei por que escolheram a gente, votaram na gente como presidente (CM2).

É preocupante quando vemos que a política de assistência do município não busca compreender qual a formação e inserção comunitária adequada para atuar no CMDCA, conselho ao qual suas obrigações estão mais direcionadas a luta pelos direitos de crianças e adolescentes. É cabível salientar que se nem mesmo o próprio presidente do CMDCA compreende como foi eleito, terá dificuldades em articular estratégias cabíveis as possíveis situações de violação de direitos, também dificilmente saberá a sua função pela exiguidade de formação e entendimento do que ele pode fazer atuando no conselho.

Outro caso que evidenciamos de outro integrante do CMDCA que foi inserido de forma desprovida das qualificações exigidas para se atuar com crianças:

Através que eu tenho vinte horas de trabalhos na Prefeitura Municipal de Ivaiporã, com treinamento, também treinamento esportivo e eles convidaram eu pra participar do grupo deles lá (refere-se ao CMDCA). Não deu pra gente participa todas reunião quando tem tudo, mas foi dessa forma que eu fui... Através de ser convidado pra participa (CM4).

É dever do CMDCA, desenvolver uma pré-análise e pós-análise dos seus integrantes e representantes, de modo que seja possível fazer um levantamento de quais profissionais compreendem a linguagem necessária para se estar atuando e intervindo com as crianças e adolescentes. Assim, é possível de se ter uma maior aproximação desse público vulnerável, pois, facilitaria que a investigação acontecesse de forma

ampla, pela amplitude de profissionais realmente interessados e capacitados para atuar no conselho de direitos.

Para os professores de Educação Física, o lúdico é compreendido como uma linguagem que aproxima a criança de algo possível de se aprender, que através das brincadeiras e jogos é possível estabelecer relações com os envolvidos, de modo que todos possam estar propícios a aprendizagens e ensinamentos que a cultura lúdica propõe.

É neste sentido que diversos educadores sociais formados em Educação Física conseguem desenvolver conteúdos que utilizam dessa linguagem para proporcionar nas diversas intervenções desenvolvidas com esse viés, a devida interação com as crianças. Objetivando através lúdico o direito de brincar, jogar e principalmente de interagir em sociedade, esse último primordialmente, não apenas como direito, mas como possibilidade de troca de conhecimentos que gradativamente serão traduzidos na sua emancipação como cidadão.

A interação lúdica associa às significações preexistentes e aos estímulos inscritos no brinquedo uma produção de sentido e de ação que emana da criança. É o momento em que a criança se apropria dos conteúdos disponíveis, tornando-os seus, através de uma construção específica, que ela seja ou não original (BROUGERE, 1995, p. 68).

Conforme a citação, é necessário que compreendamos que essa interação apontada por Brougère (1995), propõe que a criança em seu desenvolvimento através do lúdico, fará como que ela assimile a capacidade de compreensão do meio e daquilo que é proposto a ela, onde ela se expressa conforme suas necessidades, podendo por meio da linguagem lúdica se ter a apropriação de tudo que ela tem por direito.

É nesse raciocínio, portanto, que o educador/a social formado em Educação Física, pode estar proporcionando para área de Educação Social e também para o público que luta pelos direitos no Brasil, grande aporte para se estar trabalhando conteúdos que fomentem o lúdico como propiciador do desenvolvimento e capacitação das crianças, assim como, a possibilidade de acesso de algum direito violado.

Os conteúdos articulados ao viés da cultura lúdica, propõem para as crianças determinados métodos que auxiliam no processo de descoberta do mundo, onde são vislumbrados a realidade de cada uma, o que irá direcioná-la para construção de seus aprendizados:

[...] a capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ações intencionais, que são distintos dos modos adultos de significação e ação (SARMENTO, 2003, p. 3).

A importância do educador/a social se faz quando na sua prática como educador/a, se vê o engajamento nas intervenções, onde ele desenvolve aquilo que concerne em afrontar determinada violação de direito, induzindo a identificação de violações e de se encontrar possíveis soluções. No caso do educador/a social que atua com crianças, de acordo com um dos entrevistados/as, se percebe o valor que o educador/a que compreende a linguagem cultural das crianças, têm, e pode estar desenvolvendo no vínculo com as crianças:

Hum não, essa ação (inaudível) seria mais na proteção mesmo, né? Que a gente não vai levar assim brincadeiras pra eles, é só mesmo aquilo... tem uma situação lá você... recebe a denúncia então é o momento, não é momento... seria o momento ideal se vai lá sempre quando há denúncia depende quando há denúncia é sempre traumático. Então é meio complicado você identificar (CT4).

Contudo, é preciso ressaltar que para cada função para luta de direitos, existe o modo e o momento adequado de aproximação, o que dependerá dessa função para se estar atuando, essas funções compreendem a situação dos indivíduos que sofrem alguma violação, sendo necessário que os responsáveis estejam em concordância e que conheçam a rede de atendimento, de modo que existam ações mais assertivas para chegar a soluções, a problemática deve ser eminentemente levada em consideração para soluções de curto, médio e longo prazo.

Nos diversos casos de violação, os educadores sociais devem compor esse corpo de atendimento, auxiliando no viés protetor, como também corroborando com o acesso a instâncias que o público vulnerável acaba não tendo informação.

Segundo Marcellino (2009 apud TONDIN 2014, p. 18), na Pedagogia da Animação, o lazer possibilita que o indivíduo perpassa o senso comum majoritário e seja capaz através da criticidade, de desconstruir os paradigmas de desigualdades impostos pela sociedade, propiciando, conforme Marcellino (2009), uma transformação da realidade social, mesmo que na percepção do autor isso seja utópico. Desse modo, o lazer, o lúdico, o brincar, não só corroboram com a área da Educação Física por fazer parte do corpo de conhecimento, como contribuem na atuação de educadores sociais

fornecendo o aporte adequado para a atuação com crianças e adolescente com direitos violados.

CONSIDERAÇÕES

Nesse estudo, foi possível identificar algumas ações de Educação Social existentes e que regularmente são desenvolvidas na cidade pesquisada. As ações mais destacadas pelos entrevistados/as são desenvolvidas pela política municipal de assistência social, que se configuram dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Todavia, essas ações desenvolvidas no referido município, segundo os entrevistados/as, não são acessíveis para todos que precisam e nem atendem de modo efetivo ao público em situação de violação de direitos de Ivaiporã, o que acaba deixando lacunas no processo de reestruturação de direitos violados de crianças e adolescentes.

Apontamos também que cabe à rede municipal observar a formação dos profissionais que atuam nesses serviços destacados, pois notamos que até mesmo os membros do CMDCA e da Secretaria de Assistência Social apresentam certa dificuldade de compreender os objetivos da Educação Social. Estes profissionais não demonstraram no processo investigativo estar em consonância com a importância da área para a sociedade, mas desenvolvem ou estão envolvidos em seu cotidiano profissional em ações corroborantes com os objetivos da Educação Social.

Em nossos objetivos da investigação, contemplamos o mapeamento das ações existentes no município através das entrevistas realizadas com as pessoas da rede de proteção de crianças e adolescentes do município, que por esse motivo estão relacionadas a área de Educação Social e nos possibilitou a identificação de 18 ações da área.

Podemos destacar através das análises realizadas que a concepção de Educação Social é precária, e que a área é pouco discutida como fomentadora das soluções cabíveis a ela. O que se apresenta contraditório visto o número de ações de Educação Social que os entrevistados/as apontam como existentes no município.

Identificamos que no município, o voluntariado é visto de forma positiva pelos entrevistados/as, entretanto apontamos que não basta boa vontade para atuar como educador/a social. Existem diversas ações desenvolvidas com esta característica na cidade assim a formação não é o ponto principal para as pessoas que atuam, elas são voluntárias e em geral desenvolvem outras profissões. Apontamos como necessário para a efetividade da práxis educativa em sua totalidade, uma formação adequada que contemple os objetivos daquela ação, que seja de qualidade e que seja voltada para o

conteúdo e característica daquela ação. No espaço escolar, não admitimos que um voluntário substitua o professor, assim questionamos a naturalidade com que a Educação Social, que é também uma área da educação, aceita voluntários substituindo o educador/a social.

No que se refere a situação da infância na cidade, os entrevistados/as apontaram diversas problemáticas existentes no município, como o uso de drogas, a violência, a falta de estrutura familiar, a exiguidade de vagas nos projetos desenvolvidos pela rede de proteção, a preocupação com o tempo das crianças fora da escola e a necessidade de mais projetos para crianças e adolescentes. Assim, gestores e coordenadores identificam pontos a serem superados no atendimento educacional de crianças e adolescentes no município.

Sobre a cultura lúdica das crianças, poucos entrevistados/as demonstraram compreensão, mas alguns através da opinião sobre Educação Social, apontaram que o lúdico através da brincadeira, pode ser uma linguagem capaz de aproximar o educador/a social de algum problema inalcançável pelos órgãos de proteção.

Apontamos a necessidade de aprofundar os estudos da área no município, especialmente no que tange a atuação dos voluntários na educação, o respeito e potencialização da cultura lúdica infantil e a compreensão sobre a área da Educação Social pelos sujeitos envolvidos na política de proteção de crianças e adolescentes e as características específicas de cada ação educacional identificada.

Esse estudo traz a necessidade de compreendermos a importância da atuação do educador/a social nas esferas políticas do município, nas zonas periféricas, e nos projetos desenvolvidos. É notável o quão precário o município de Ivaiporã se encontra, em termos de profissionais qualificados para área da educação de crianças e adolescentes com direitos violados.

No objetivo geral estipulado pelo estudo, conseguimos ter uma ampla compreensão de como se configuram e caracterizam as ações educacionais encontradas, as quais através desse mapeamento puderam ser expostas e analisadas de modo que houvesse a exposição de como se configuram, o que também nos possibilitou entender a real situação da cidade em termos da profissionalidade dos indivíduos que desenvolvem essas ações, caracterizando-as num complexo panorama de ações que nem mesmo a política de atendimento tinha visualizado.

Nas categorias estipuladas e analisadas nas falas dos/das entrevistados/as,

destacamos que se tem um raso conhecimento sobre Educação Social, ainda se existe certa complexidade de relacioná-la com a política de atendimento, o baixo conhecimento de infância e da linguagem adequada para atuar com crianças e adolescentes em situação de risco, de integrantes do CMDCA, e também aceitação confusa e inadequada da atuação de voluntários em projetos que deveriam ser melhor articulados para a comunidade, caracterizando ainda mais essas ações encontradas numa limitada condição de resolução de possíveis problemas sociais.

Portanto, é de suma importância que outros estudos nesse viés sejam desenvolvidos, de modo que as limitações desse estudo possam ser contempladas, como a atual situação das ações, se ainda existem e estão atendendo a todos, se as instâncias responsáveis para a adequação dessas ações estão envolvidas e cientes com o que está sendo desenvolvido. É também imprescindível, que seja realizado um estudo que investigue as ações e a funcionalidade dessas ações encontradas não só na cidade de Ivaiporã, mas no município, de modo que a microrregião do Vale do Ivaí consiga se aproximar da militância indispensável contra os direitos violados de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- AGASSI, Luiz Eduardo. **A EDUCAÇÃO SOCIAL NA CASA DE VIVÊNCIA/CASA DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR: CONFIGURAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS COM JOGOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA**. 2017. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Governo de São Paulo; 1990.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2014.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Dez 2015, no.18, p.211-242. ISSN 0103-3352
- CASTRO, Henrique Carlos De O. De. **Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília-DF, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura Política e Política Cultural**. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, p.71-84, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100006#top>. Acesso em: 4 out. 2018.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CRUZ, Ane Caroline Farias Da. **DANÇA E EDUCAÇÃO SOCIAL: RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO RENASCER DE IVAIPORÃ-PR**. 2016. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. In: **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio

epistemológico, 2012, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Universidade Católica de Brasília. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, 4ª edição. São Paulo. 2002.

LUZ, Lucas. **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE EDUCADORES/AS SOCIAIS: A AÇÃO EDUCATIVA COM JOGOS E BRINCADEIRAS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR**. 2017. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2017.

MAGER, M.; et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados**. Maringá: EDUEM, 2011.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003a.

MELO, Marcelo Paula De. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na vila Olímpica da Maré**. 1ª ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2005. 201 p.

MÜLLER, V. R. **A participação social e a formação política: Territórios a desbravar**. Bruxelas: Dynamo Internacional- Street Work Training Institute, 2012.

MÜLLER, V. R.; et al. A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade. XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL. 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: 2010. Disponível em: <<http://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CCLLER-Ver%C3%B4nica-Regina3.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MULLER, V.; RODRIGUES, P. C. **Reflexões de quem navega na educação social. Uma viagem com crianças e adolescentes**. Maringá. Clichetec, 2002.

NATALI, P. M. **Formação profissional na Educação Social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latinos americanos**, 2016. 243 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses.htm> Acesso em: 22 de fevereiro 2017.

NATALI, P. M. **O lúdico em instituição de educação não-formal: Cenários de múltiplos desafios, impasses e contradições**. Ponta Grossa. 2009. Dissertação (Graduação em Educação Física). Ponta Grossa, 2009.

NUÑEZ, V. **Pedagogia Social: Cartas para Navegar en el nuevo milênio**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 2004.

OLIVEIRA, W. F. **Educação Social de Rua: as bases políticas para uma Educação Popular**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OTINTA, M. S. O LÚDICO E O CRIATIVO NAS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS GUINEENSES. In: **Brincar, Brinquedos e Brincadeiras**, 2014, p. 71.

PAIVA, J. S. de. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na Educação Social de Rua**: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua. 2011, 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_48_JACYARA%20SILVA%20DE%20PAIVA.pdf>. Acesso em: 06 junho 2018.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não formal**: Contextos, percursos e sujeitos. 83 ed. Campinas - SP: Setembro, 2005. 448 p.

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISA E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: < www.pca.uem.br>. Acesso em: 11 out. 2018.

SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, M. J (2003). “**As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade**”, In M. J. Sarmiento e A B. Cerisara (org), Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação. Porto. Asa
SOUZA, C. R. T. de. **Educação Social e Avaliação**: indicadores para contextos educativos diversos 219 f.: Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá-Pr, 2016. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses.htm>> Acesso em: 06 de out. 2017.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de; et al. **A atuação profissional e formação do educador social no Brasil**: uma roda da conversa. Interfaces Científicas, Aracaju, v.3, n.1, p. 77-88, out. 2014.

SURMAS, Grazielly Couto. **A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES FÍSICO-ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DA JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR**. 2016. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.

TEIXEIRA, Mariana Xavier. **CULTURA LÚDICA E INFÂNCIA: PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINAS E MENINOS DO VALE DO IVAI-PR**. 2016. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2016.

TOMÁS Catarina & SOARES, Natália. O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. In: **V Congresso Português de Sociologia**, Braga Portugal, 2004.

TONDIN, Gilmar; MOLINA NETO, Vicente; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. A Formação dos Educadores Sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – Em Porto Alegre. In: **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/348>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO SOCIAL E LUDICIDADE: CONFIGURAÇÕES E TRAJETÓRIAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Pesquisador: PAULA MARÇAL NATALI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62838116.0.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.026.230

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as configurações e trajetórias das ações da Educação Social no que se refere às intervenções lúdicas com crianças e adolescentes com direitos violados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que pretende analisar as configurações e trajetórias das ações da Educação Social no que se refere às intervenções lúdicas com crianças e adolescentes com direitos violados. Para tanto, além da exploração da literatura pertinente, pretende identificar e caracterizar as ações da Educação Social desenvolvidas com crianças e adolescentes nas

idades de Ivaiporã, Goioerê, Paiçandu e Maringá- PR, locais onde são desenvolvidas ações em parceria com o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá. A partir daí categorizar e interpretar as

Continuação do Parecer: 2.026.230

configurações e trajetórias das ações da Educação Social no que se refere as intervenções lúdicas com crianças e adolescentes. Este estudo qualitativo de cunho exploratório realizará o mapeamento das ações da Educação Social a partir de entrevistas com conselheiros tutelares e de direitos das crianças e adolescentes dos municípios estudados, e, a partir destas informações, realizar entrevistas semi-estruturadas com educadores sociais, crianças e adolescentes, com o objetivo de analisar as configurações das ações lúdicas nestes locais. A análise destes dados será realizada através da análise de conteúdo de Bardin (1979). Espera-se alcançar dados relevantes sobre as ações educacionais realizadas com crianças e adolescentes com direitos violados, visando o fortalecimento da área da Educação Social e sua discussão nas políticas públicas educacionais. Inicialmente a pesquisadora projeto não apresentou autorização dos responsáveis pela instituições permitindo a realização da pesquisa proposta, solicitando dispensa destes documentos com a justificativa de que “a primeira etapa da pesquisa é o mapeamento das instituições ou projetos da área da Educação Social, feito o mapeamento e elencada as instituições ou projetos é que teremos possibilidade de entrar em contato com as instituições e anexar as autorizações dos locais em que serão realizadas a pesquisa.” Atendendo às pendências apresentadas, a pesquisadora anexou todas as autorizações necessárias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto devidamente assinada pela proponente e peço Chefe do Departamento de Educação Física da UEM. Orçamento financeiro com previsão de gastos de R\$ 200,00, com a informação de que será suportado com financiamento próprio. Cronograma de execução com previsão de início em 23/01/2017 e término em 23/01/2019. TCLE na forma de convite dirigido aos participantes, contendo todas as garantias legais. TCLE na forma de convite dirigido a pais de alunos menores, contendo todas as garantias legais, incluindo campo para assentimento dos mesmos. Anexou os instrumentos das entrevistas a serem realizadas com todos os segmentos previstos na proposta de pesquisa. Anexou as autorizações das instituições para realização da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade

Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Continuação do Parecer: 2.026.230

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_828435.pdf	08/03/2017 14:24:52		Aceito
Outros	RESPOSTA.doc	08/03/2017 14:24:14	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizSecretariaassistsocialIvaipora.pdf	07/03/2017 16:47:04	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizsecretariaassistsocialGoioere.pdf	07/03/2017 16:45:51	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizSecretAssistenciaSocialPaicandu.pdf	07/03/2017 16:44:48	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizSecretAssistSocialMaringa.pdf	07/03/2017 16:44:02	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorCMDCAMaringa.pdf	07/03/2017 16:42:41	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizCMDCAIvaipora.pdf	07/03/2017 16:41:20	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizCMDCAPaicandu.pdf	07/03/2017 16:40:25	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorCMDCAGoioere.pdf	07/03/2017 16:38:41	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizConselhoTutelarMaringa.pdf	07/03/2017 16:37:40	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizConselhoTutelGoioere.pdf	07/03/2017 16:37:10	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizConselhoTutelarPaicandu.pdf	07/03/2017 16:35:53	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	autorizConselhoTutIvaipora.pdf	07/03/2017 16:35:13	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	25/11/2016 09:14:44	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIROENTREVISTACOORDENADORRES.doc	20/11/2016 12:08:48	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTAGESTORES.doc	20/11/2016 12:08:00	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIROENTCRIANCASEADOLESCENTES.doc	19/11/2016 18:19:33	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIROENTEDUCADORES.doc	19/11/2016 18:18:27	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIROENTCONSELHEIROS TUTELARES DIREITOS.doc	19/11/2016 18:18:08	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Outros	ROTEIROOBSERV.doc	19/11/2016 18:17:09	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEadultossujeitosdapesquisaPCA.doc	19/11/2016 18:16:46	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Justificativa de Ausência	TCLEadultossujeitosdapesquisaPCA.doc	19/11/2016 18:16:46	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmenoresde18PCA.doc	19/11/2016 18:16:35	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISAPCA.doc	19/11/2016 18:16:22	PAULA MARÇAL NATALI	Aceito

Continuação do Parecer: 2.026.230

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 20 de
Abril de 2017

Assinado por:
Ricardo Cesar
Gardiolo
(Coordenador)

APÊNDICES

MODELO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada EDUCAÇÃO SOCIAL E LUDICIDADE: CONFIGURAÇÕES E TRAJETÓRIAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, que faz parte do curso de Educação Física e é orientada pelo prof Dr^a Paula Marçal Natali da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é analisar as configurações e trajetórias das ações da Educação Social no que se refere às intervenções lúdicas com crianças e adolescentes com direitos violados. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria na forma de realização de entrevista semi-estruturada. Os encontros serão gravados com a finalidade de apenas transcrição das falas dos educadores sociais/coordenadores/conselheiros de direito por parte do pesquisador para posterior análise dos dados coletados. Em nenhum momento da pesquisa e após a investigação irão aparecer fotos, vídeos, gravações de voz e os nomes dos entrevistados/as; apenas aparecerá o conteúdo de suas falas transcritas, mantendo o sigilo absoluto e o anonimato dos sujeitos. Salienta-se que sua identidade será sigilosamente preservada, bem como da Instituição em que atua, pois cada participante do estudo será identificado(a) por um número e, para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa, solicito a sua autorização para o uso de seus dados. Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir como constrangimento ao responder algumas das questões, entretanto estas não precisarão ser respondidas, ficando a seu critério, entretanto os procedimentos utilizados não tratam de medições invasivas e o(a) senhor(a) terá a liberdade de recusar ou retirar o consentimento, a qualquer momento, sem penalização alguma. Serão fornecidos os esclarecimentos necessários antes e durante a pesquisa sobre a metodologia e os objetivos, para que os indivíduos que forem pesquisados, possam contestar e, recusar-se a não participação. Informamos que poderão ocorrer alguns contratempos no sentido de alguns sujeitos se recusarem em participar da referida pesquisa. Será mantida uma relação de respeito e o/a entrevistado/a possui total liberdade para informar o que lhe é confortável. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e todas as informações coletadas serão descartadas após a utilização no estudo, no caso as fitas e transcrições serão destruídas. Os benefícios esperados são que a partir do entendimento de que a Educação Social é uma área em construção em nosso país, esta pesquisa pode contribuir para a consolidação da produção científica na área. Sendo assim, se torna imprescindível identificar e estudar as intervenções lúdicas com crianças e adolescentes nesta área da educação visando potencializar a qualidade desenvolvida nestas. Sua colaboração no desenvolvimento desta pesquisa pode resultar também em uma prática educativa mais reflexiva e efetiva, contribuindo para a discussão da Educação Social junto as diversas políticas públicas educacionais já consolidadas. O(a) senhor(a) estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira

para a investigação ora proposta. A devolutiva desta pesquisa se dará em forma de produção e disseminação de produção científica na área bem como seminários e formação para os sujeitos da Educação Social.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....(nome por extenso do sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof.....(nome do pesquisador responsável).

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu,.....(nome do pesquisador ou do membro da equipe que aplicou o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: PAULA MARÇAL NATALI

Endereço: AVENIDA: XV DE NOVEMBRO, 803, APT. 21, CEP 87013230, MARINGÁ-PR

(44) 99173505/paulamnatali@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos

da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA- CONSELHEIROS DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONSELHEIROS TUTELARES

- 1) Qual seu nome, idade e formação profissional?
- 2) Como se deu a entrada no conselho tutelar/direitos das crianças e adolescentes?
- 3) Qual/como ocorreu seu envolvimento com a área da proteção dos direitos da criança e do adolescente?
- 4) Qual sua opinião sobre as ações da Educação Social com crianças e adolescentes?
- 5) Quais as ações da Educação Social para crianças e adolescentes que você identifica em seu município?
- 6) Quais as expectativas e críticas em relação a estas ações educacionais?
- 7) Indicação de alguém que conheça a área das instituições de Educação Social

ROTEIRO ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA-COORDENADORES DAS INSTITUIÇÕES

- 1) Qual seu nome, idade e formação profissional? Função na instituição?
- 2) Como se deu a entrada na instituição em que atua?
- 3) Como ocorreu seu envolvimento com a área da proteção dos direitos da criança e do adolescente?
- 4) Qual sua rotina de trabalho e envolvimento com as ações educativas institucionais?
- 5) Qual sua opinião sobre as ações da Educação Social com crianças e adolescentes?
- 6) Quais as ações da Educação Social para crianças e adolescentes que você identifica em seu município?
- 7) Quais as expectativas e críticas em relação a estas ações educacionais e a instituição em que atua?

